

# A Torre de Babel da ciência econômica: é possível um tradutor universal?\*

## *The Tower of Babel of Economics: Is a Universal Translator Possible?*

Tiago Camarinha Lopes\*\*

**Resumo:** Partindo da história bíblica da Torre de Babel para a origem dos diferentes idiomas, este artigo elabora a ideia de que a ciência econômica está fragmentada em distintas correntes ou escolas que não conseguem se comunicar adequadamente. Tradicionalmente essa dificuldade de interlocução é atribuída às diferentes metodologias de investigação e recomendação de políticas econômicas, refletindo principalmente divergências de caráter político e de contexto temporal e local. Este artigo defende que uma parte da incomunicabilidade entre as diferentes escolas de pensamento econômico não deriva desses fatores inerentes de desacordo, mas a fatores extrínsecos relacionados com a ausência de um tradutor universal entre os economistas. A dimensão, portanto, da linguagem precisa ser tratada com muita atenção para que os economistas não apenas se comuniquem melhor com o público, mas principalmente entre si. Realizando dois exercícios para pensar na viabilidade de um tradutor universal, argumento que é possível estabelecer um canal de diálogo inteligível entre membros de escolas diferentes, pelo menos em tópicos pontuais.

**Palavras-chave:** Teoria e linguagem da economia. História do pensamento econômico. Metodologia. Ciência e luta de classes.

**Abstract:** Starting from the biblical story of the Tower of Babel and the origin of different languages, this article elaborates on the idea that economics is fragmented into distinct schools or currents that are unable to communicate effectively. Traditionally, this difficulty in communication is attributed to different methodologies for investigating and recommending economic policies, reflecting mainly political and temporal and local context disagreements. This article argues that part of the incomprehensibility between different schools of economic thought does not stem from these inherent factors of disagreement, but from extrinsic factors

\* Submissão: 15/05/2023 | Aprovação: 30/08/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.935

\*\* Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil | ORCID: 0000-0002-5907-777X | E-mail: tiagocamarinhalopes@gmail.com



related to the absence of a universal translator among economists. Therefore, the dimension of language needs to be treated with great attention so that economists not only communicate better with the public, but mainly with each other. By performing two exercises to think about the feasibility of a universal translator, the argument is made that it is possible to establish an intelligible channel of dialogue between members of different schools, at least on specific topics.

**Keywords:** Theory and language of economics. History of economic thought. Methodology. Science and class struggle.

**JEL:** B40. Z10.

## Introdução

A comunicação é uma das tarefas mais importantes da prática profissional do economista. Entre os recursos mais utilizados para transmitir ideias econômicas para o grande público está o uso de narrativas, histórias e parábolas. No entanto, o trânsito de informações não está restrito à avenida economistas-público e público-economistas. Para promover um desenvolvimento mais coletivo e plural da ciência econômica, é também necessário que as diferentes escolas de pensamento econômico estejam interagindo num ambiente saudável de aprendizado recíproco. Ou seja, a intercomunicação entre distintas escolas deve ser objeto de atenção daqueles que investigam as questões e desafios da interface entre a ciência econômica e a linguagem.

Este artigo coloca a dificuldade de comunicação entre escolas de pensamento diferentes no centro da discussão, fazendo um paralelo com a história bíblica da Torre de Babel. A ideia principal é que existiria uma maneira de colocar todas as correntes de pensamento econômico dentro de um “tradutor universal”, que teria condições de converter o linguajar de cada escola para o idioma de uma outra escola qualquer. A partir dessa possibilidade de se construir metodologicamente esse aparato, o artigo aponta secundariamente para uma missão adicional à já valiosíssima tarefa do historiador do pensamento econômico de mapear e registrar o processo de formação das ideias econômicas.

O artigo está assim estruturado: a seção 2 (“A arquitetura conflituosa da ciência econômica”) traça o paralelo entre a parábola da Torre de Babel para a origem dos diferentes idiomas dos povos do mundo e o processo de construção da ciência econômica; a seção 3 (“Os dois conjuntos de fatores causais de desentendimento”) define o que seriam os dois principais fatores que causam divisão e conseqüente formação de escolas de pensamento; a seção 4 (“Dois exercícios”) apresenta duas tentativas de montar um “tradutor universal”, restrito a tópicos selecionados; a seção 5 (“Conclusão”) encerra defendendo a importância de se promover uma interação saudável e inteligível entre escolas distintas.

### 1. A arquitetura conflituosa da ciência econômica

O mito da Torre de Babel, registrado na Bíblia em Gênesis 11:1-9, é utilizado para explicar a origem dos diferentes idiomas falados pelos seres humanos. De acordo com essa narrativa, a humanidade falava nos primórdios

uma única e mesma língua, não havendo problemas de comunicação. Todos conseguiam transmitir suas ideias aos demais, não havendo desentendimentos por problemas de comunicação. Então, as pessoas resolveram construir uma gigantesca torre para atingir a glória dos céus, o que era uma empreitada ambiciosa devido à escala e à complexidade do projeto. Não gostando do que via, Deus fez surgir diferentes idiomas entre os construtores, e, assim, o que antes era um único grupo coerente se tornou uma miscelânea de diferentes povos, cada um com sua língua. Ninguém entendia mais ninguém e a confusão tomou conta. Devido a essa incomunicabilidade, não foi mais possível avançar com a construção, que requeria uma sofisticada coordenação do trabalho coletivo e, portanto, um padrão comum de transmissão das informações. No lugar da união, compreensão recíproca e paz, agora reinava a divisão, a desconfiança e a guerra.

Diferentes pensadores já estabeleceram um paralelo entre o problema da linguagem, central na história da Torre de Babel, e a construção da linguagem científica. Kuhn ([1962] 2013), em *A estrutura das revoluções científicas*, por exemplo, desenvolve a ideia de que a ciência se forma a partir da combinação e interação de diferentes abordagens e modos de se comunicar, até que se define um campo comum que serve como parâmetro para o fluxo de informações. As diferentes correntes que antes se desentendiam fortemente acabam encontrando as bases sobre as quais podem conversar e chegar a acordos, definindo que um novo conhecimento foi conquistado e fazendo dele o novo paradigma a partir do qual desentendimentos mais elevados possam se desenrolar.

Quando se nota a relevância da ciência como eixo agregador da humanidade, fica evidente que ela se assemelha à própria torre, ainda mais quando se concebe a ciência como a ousada empreitada humana de desafiar os desígnios do Criador. A arquitetura da ciência em geral não é homogênea, e certamente existem muitas discontinuidades e partes desajustadas no construto como um todo. De todo modo, a torre está em processo de construção e continua avançando, subindo um pouco mais ali, um pouco menos acolá, precisando às vezes até de uma demolição parcial em alguns pontos. Mas o fato é que essa obra está em andamento, de modo que a comunicação entre os construtores é pré-requisito para o sucesso da empreitada.

No campo específico da economia, esse progresso fragmentado que se assemelha em muito à arquitetura multifacetada da Torre de Babel é nítido. Os pensadores da economia têm estilos de trabalho variados e não são parcimoniosos quanto ao escopo de suas elaborações, abrindo muito espaço para

desentendimentos no canteiro de obras. A pretensão de muitos economistas vai além da mera observação, atrelada à uma postura passiva de simplesmente conhecer a verdade ou de descobrir como a natureza funciona. Querem mudar o mundo para “melhor”, o que incita ainda mais a discórdia tendo em vista a relatividade do que isso pode significar.

A Economia Política, nome original do que se designa hoje ciência econômica, é um vasto conjunto de estudos que unem pesquisa e recomendação política sobre como enriquecer as nações. Diferente das tradicionais áreas em que não se têm dúvidas de categorizá-las como ciência, como a física, a química e a biologia, a ciência econômica é uma junção complexa de muitos campos do conhecimento que envolve uma sofisticada síntese entre diversas linhas investigativas para explicar como formações sociais humanas se arranjam para garantir sua reprodução material. Entre elas estão a formação física do planeta (que explica, por exemplo, a ocorrência de determinados recursos naturais pelo globo) e a constituição legal de soberanos políticos (que explica, por exemplo, as fronteiras nacionais e as diferentes culturas e histórias sociais humanas).

No ocidente, a história da ciência triste, expressão cunhada por Thomas Carlyle no século XIX (Dixon, 1999; Groenewenger, 2001) e que hoje permanece devido aos frequentes resultados depressivos da economia para a condição humana, começa de fato com a formação dos Estados-nação modernos. Apesar da história do pensamento econômico remontar até as origens da própria filosofia, considera-se que a linha contínua do que se entende por ciência econômica hoje parte dos séculos XV e XVI na complementaridade antagônica entre o pensamento mercantilista e o pensamento fisiocrata, atinge um ápice hegemônico quase-homogêneo nos séculos XVIII e XIX com a escola clássica britânica, e se desmembra em variadas correntes competidoras nos séculos XX e XXI que seguem observando o desenvolvimento histórico do capitalismo.

Nesse sentido, fora do período clássico em que a escola de Adam Smith reinava praticamente absoluta, diferentes correntes disputam acirradamente o controle do corpo central do que se entende por ciência econômica. Por isso, na história da ciência econômica, o mainstream, a corrente principal, está sempre circuncidada por alternativas que contestam o cânone oficial. Em alguns momentos a dominância de certa escola se aproxima da completa hegemonia, enquanto em outros temos um mosaico colorido de possibilidades metodológicas igualmente válidas, ainda que isso nunca seja explicitamente

admitido devido ao esforço em suprimir a realidade das contradições, brigas e competição entre as diferentes correntes.

A intensa luta pelo domínio da oficialidade catedrática da Economia Política não pode ser tratada como um adendo curioso. Essa característica é marcante nesse campo e por esse motivo a questão da linguagem para a intercomunicação entre os economistas é tão fundamental, talvez muito mais do que nas demais áreas da ciência, onde os interesses privados não estão tão imbricados no objeto de investigação. Marx anotou no prefácio à primeira edição alemã do volume 1 de *O capital* que

No campo da Economia Política, a livre pesquisa científica depara-se não só com o mesmo inimigo que em todos os outros campos. A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado (Marx, [1867] 1996, p. 132).

Em outras palavras: não se pode menosprezar a força dos interesses econômicos particulares no processo constitutivo da própria Economia Política como ciência e como isso potencializa o caos interativo entre seus expoentes.

Apesar dessa multiplicidade de abordagens e de fortes desacordos entre os pensadores da economia, existem também ideias-forças que unem os “filósofos mundanos” (Heilbroner, 1961). Entre elas está a noção de que o seu papel é, de alguma forma, colaborar para acabar com a miséria terrena, ajudando a humanidade a caminhar em direção à abundância e à plenitude. Fazer a pobreza virar história e a riqueza presente, sem distinção e restrições, é o mote mítico dos guardiões da cornucópia.<sup>1</sup>

Abraçando essa postura generosa com o humanismo burguês, e, portanto, extrapolando os limites da ideologia Estadocêntrica moderna de acúmulo de riqueza como poder, poderíamos dizer que a missão da ciência econômica é de fato promover o enriquecimento de todos os povos do mundo. Essa nobre descrição não parece ser disputada pelos economistas. Todos os cientistas dessa área vão se apresentar como estudiosos e militantes da causa pela me-

<sup>1</sup> Na antiguidade clássica, a cornucópia [do Latim *cornu* (chifre) e *copia* (abundância)] era um símbolo de fartura e prosperidade. Ela é representada por um vaso no formato de um grande chifre de onde transbordam os produtos junto com frutas e flores. Ela tem aparecido atualmente no debate sobre os limites biofísicos do crescimento econômico, em que os economistas cornucopianos são opostos por aqueles que apontam para as contradições de uma economia inimiga da natureza. Para uma apresentação do cornucopianismo como ideologia, ver Jonsson (2014).

lhoria das condições materiais de vida de todos os habitantes da *oikos* Terra. Mas se há uma convergência tão explícita nesse ponto fundante, por que a ciência econômica é tão profundamente dividida em diferentes escolas de pensamento? Será que há algum modo de diminuir as distâncias entre elas?

## 2. Os dois conjuntos de fatores causais do desentendimento

Existem dois conjuntos de fatores que explicam a ramificação da ciência econômica em diferentes escolas ou linhagens de pensamento. O primeiro conjunto agrega fatores que chamarei de “inerentes”. O segundo conjunto agrega fatores que chamarei de “extrínsecos”.

### 2.1 Fatores inerentes

Entre os fatores inerentes estão ao menos três, que são interrelacionados e sempre resultam numa espécie de cercamento de uma escola de pensamento que não pode ser furada pelo tradutor universal aqui proposto. São eles o fator político, o metodológico e o histórico-local.

O fato de os pensadores serem necessariamente agentes reais faz com que sua posição histórico-social delimite sua elaboração intelectual e teórica. Desse modo, economistas separados pelo tempo, pelo espaço e pelas classes sociais (caso sejam contemporâneos), produzem abordagens teóricas distintas. Essas diferenças se cristalizam em escolas distintas que ficam aparentemente separadas devido a diferenças metodológicas. Mas o fato é que as metodologias adotadas não são simplesmente uma escolha livre do investigador, mas derivam dessa localização histórico-social em que ele está inserido.

O enfoque nos fatores “inerentes” para se explicar a divisão entre escolas do pensamento econômico é um dos destaques da tradição da Economia Política Marxista. De modo simplificado, as fronteiras são delimitadas, em última instância, pela luta de classes. Nessa tradição, o fator principal para explicar as controvérsias econômicas é o interesse material dos agentes. Quando há, portanto, um ponto polêmico em torno de qualquer assunto, a metodologia de investigação inaugurada por Marx determina que se procure as motivações interessadas por trás da matéria. Os economistas, assim, seriam meramente os porta-vozes de grupos sociais específicos, que existem no tempo e no espaço e que têm interesses econômicos perfeitamente identificáveis. Nessa linha, as teorias não são resultado de um estudo descolado das

forças reais do mundo material, mas o produto de uma elaboração conceitual profundamente enraizada na política propriamente dita. Levando esse raciocínio ao pé da letra, todo debate entre economistas se explicaria completamente pelos interesses divergentes dos quais são apenas representantes.

A história do pensamento econômico é estudada na tradição Marxista como a história das classes que controlam a corrente principal das ideias econômicas. Assim, o pensamento mercantilista sintetiza os interesses da emergente classe burguesa em seu processo de derrubada do Antigo Regime e constituição do Estado moderno. A consolidação da Economia Política como campo de investigação científica seria a conquista completa sobre a narrativa oficial do que se entende por “ciência econômica”, e a inserção da filosofia *laissez-faire* fisiocrata aos preceitos de enriquecimento da nação (ou seja, da classe burguesa e seu Estado) operada por Adam Smith superaria as velhas ideias medievais contra o comércio e a usura.

Nessa linha, os debates nos séculos XVI e XVII expressam o conflito entre as antigas classes nobres dominantes e as novas classes sociais que praticam crescentemente a compra e a venda como fundamento de vida e poder. A vitória da burguesia altera o *mainstream* do pensamento econômico e, com isso, atualiza o corpo daquilo que pode ser classificado como ideia econômica oficial. Como o conceito de ciência que usamos é fruto do próprio Iluminismo e da revolução burguesa, é justamente nesse momento que se atribui o *status* de científico ao pensamento econômico.

Similarmente, no decurso da industrialização original, a tradição Marxista salienta que a formação da classe burguesa/capitalista é acompanhada da formação da classe trabalhadora assalariada. Assim, conforme se consolidam as ideias econômicas capitalistas como as ideias econômicas dominantes ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, nascem e crescem as ideias econômicas socialistas, que expressam os interesses materiais da classe trabalhadora assalariada. As disputas ideológicas travadas nos séculos XX e XXI são assim sintetizadas de modo a contrapor essas duas principais classes que protagonizam a luta de classes na sociedade capitalista.

Embora correta, essa forma de reduzir todas as divergências entre os economistas aos fatores inerentes parece desconsiderar um outro conjunto de fatores explicativos que não podem ser enquadrados nessa dimensão da posição histórico-social real do pensador. Afinal, mesmo quando dois economistas reivindicam pertencimento à mesma escola e se reconhecem como parceiros do mesmo lado na luta política, nunca há garantia de acordo em

todos os tópicos.<sup>2</sup> Além disso, quando se considera que muitos economistas não possuem consciência de classe devido ao caráter dominante do capital sobre o processo educacional e profissionalizante que os preparam para posições-chave na condução do sistema capitalista, nota-se que a sua vontade genuína de moldar a economia de acordo com os interesses da classe trabalhadora, à qual realmente pertencem, fica capturada numa linguagem totalmente estranha aos idiomas de escolas assumidamente políticas e vinculadas com a população trabalhadora. Assim, é necessário pensar sobre um outro conjunto de fatores que dê conta dessas divergências não diretamente relacionadas aos fatores inerentes.

## 2.2 Fatores extrínsecos

Os fatores extrínsecos são aqueles relacionados com a questão da comunicação propriamente dita. Em outras palavras, os fatores extrínsecos causais de desacordos no debate econômico são aqueles que não têm a ver com a dimensão sócio-histórica dos interlocutores, mas sim com os diferentes modos de expressão de ideias utilizados por eles.

Para exemplificar essa situação, podemos imaginar dois debatedores que discutem determinado assunto, como as causas fundantes da pobreza. Evidentemente, esse é um enquadramento muito largo e há bastante espaço para explicar o fenômeno em termos de nível de abstração. Porém, se supomos que os dois debatedores têm uma posição praticamente coincidente (vamos classificá-los como “liberais fundamentalistas” apenas para ilustração) e que acreditam que a pobreza se deve principalmente ao poder coercitivo do Estado tributador, restringindo a ação da mão invisível do mercado, e, portanto, limitando as forças criadoras de riqueza, parece que não vai haver desentendimento. A não ser que um deles só fale grego e o outro, mandarim.

A própria expressão “mão invisível” é cunhada em inglês britânico num contexto histórico específico, de modo que os dois personagens em questão talvez não tenham nem como usar essa figura de linguagem. A ideia de ordem natural, berço filosófico do liberalismo econômico no Ocidente, não é exclusividade da fisiocracia europeia e pode ser encontrada ao longo de toda a história da filosofia humana nos mais variados locais.

---

<sup>2</sup> Existem diversas controvérsias intra-escolas (e não inter-escolas) que são acirradíssimas e que podem gerar subdivisões. Exemplos: a controvérsia sobre a transformação dos valores em preços na Escola Marxista, a controvérsia sobre a unicidade do programa de investigação de Mises e Hayek na Escola Austríaca, as múltiplas controvérsias sobre a condução da política macroeconômica na Escola Keynesiana.

Podemos mencionar pelo menos duas ocasiões específicas de ideia de livre mercado que foram ressignificadas *a posteriori* para convergirem com a mão invisível do iluminismo escocês de Adam Smith. A primeira é a apresentação didática de Lao Zi feita pelo professor Ricardo Feijó, que identifica nas ideias deste filósofo da China antiga uma espécie de *laissez-faire* primitivo (Feijó, 2007, p. 6). A segunda é o paralelo entre a ciência econômica ocidental e o que seria uma ciência econômica islâmica, fundada na ideia de que nem mesmo o profeta Maomé tinha como interferir nos preços, que se movimentavam conforme a mão invisível de Alá (Deus) (Khan, 2017).

Assim, apesar do sentido ser bastante parecido a ponto de haver de fato uma convergência, não existe uma linguagem em comum entre um filósofo mundano britânico do século XVII, outro chinês de alguns séculos a.C. e outro ainda árabe do século VII para expressar o que se tem em mente, e isso pode gerar uma série de dificuldades. Daí deriva a importância de se pensar em modos de se comunicar com o interlocutor para evitar querelas e mal-entendidos que não têm a ver diretamente com o tópico em discussão, mas apenas com problemas de transmissão de informação.

Como se nota a partir desse exemplo ilustrativo, os fatores extrínsecos não existem no vazio, por assim dizer. Diferentes idiomas existem devido à sua constituição real no tempo e no espaço. Contudo, há uma maneira de reduzir drasticamente o ruído ao se levar em conta justamente essa especificidade histórico-geográfica do linguajar na qual o pensador se expressa.<sup>3</sup> Considerando isso, reduzimos progressivamente as divergências de ideias aos fatores inerentes mais nucleares, que giram necessariamente em torno dos interesses materiais de classes sociais distintas. Tal procedimento poderia, idealmente, fazer dois economistas entrarem em pleno acordo quanto ao funcionamento do sistema econômico, enquanto discordam frontalmente acerca do julgamento político a respeito de tal sistema porque se reconhecem mutuamente e abertamente como inimigos de classe.

Esse ponto seria o ápice da transparência de uma controvérsia, em que ambos os interlocutores já eliminaram todos os fatores extrínsecos de desentendimento e podem, a partir daí, entender perfeitamente como o outro enxerga a realidade econômica. Neste estágio, seria como se um tradutor universal estivesse acionado, de modo que o discurso narrativo de cada escola, que tem

---

<sup>3</sup> Não precisamos pensar apenas em termos de diferentes idiomas, como o grego, mandarim e o inglês, mas também nos variados formatos de sistematização da língua, como a matemática, a escrita discursiva, a oralidade etc.

suas idiossincrasias, fosse automaticamente convertido numa linguagem compreensível para todas as demais escolas. Aqui, o analista do pensamento econômico, conseguindo promover tal intercomunicação e sendo de fato tal tradutor, ganha uma função ainda mais importante do que a já nobre missão de registrar o passado e contar a história da ciência econômica: ele adquire a responsabilidade de promover e coordenar o processo de construção coletiva rumo ao futuro.

### **3. Dois exercícios**

Para incitar o debate sobre a viabilidade do tradutor universal entre diferentes escolas de pensamento econômico, apresento dois exercícios que estabelecem uma conexão transversal entre diferentes correntes teóricas. A ideia que subjaz ao tradutor universal é a de que não se trata de uma conversão recíproca entre duas escolas apenas, o que seria um dicionário útil apenas entre essas duas escolas e que poderia funcionar por agregação paulatina de escolas que já são próximas. Na verdade, o mecanismo tradutor deve abranger o máximo possível de idiomas, tendendo para a totalidade e sendo especialmente útil quanto melhor ele conseguir conectar escolas que são extremamente avessas a interagirem.

#### **3.1 O debate sobre o cálculo econômico socialista**

O primeiro exercício aqui proposto parte do debate sobre o cálculo econômico socialista. Essa é uma controvérsia teórica que se popularizou e se consolidou na literatura com a publicação de um artigo de Ludwig von Mises em 1920, no qual ele defendeu a inviabilidade técnica de uma economia sem propriedade privada sobre os meios de produção, uma vez que tal sistema socialista não teria condições objetivas de realizar sua contabilidade racionalmente.

O desenrolar do debate nas décadas seguintes nos interessa aqui pelo fato de ele colocar em uma relação triangulada três escolas do pensamento econômico distintas. Essas três escolas, apesar de suas especificidades, são forçadas a interagir profundamente no tratamento dessa questão do cálculo econômico porque, apesar da extrema discordância a respeito da viabilidade técnica da planificação socialista, ambos os lados precisam se comunicar sobre uma base minimamente comum. Em linha com a abordagem metodológica de análise metalinguística desenvolvida por Camarinha Lopes (2022a) sob

inspiração crítica do trabalho de Don Lavoie, a escola neoclássica *mainstream* foi essa plataforma compartilhada de comunicação no estágio clássico do debate, que colocava a escola austríaca e a escola marxista num mesmo ringue sob as mesmas regras.

Por isso, o ponto de partida da controvérsia se dá dentro de um *framework* que se pode classificar de modo geral como neoclássico. Ou seja, o argumento da impossibilidade da contabilidade racional sob o socialismo não é construído a partir da abordagem da economia clássica, em que a dinâmica interativa entre estados nacionais e as macroestruturas da população com sua tecnologia que produzem e distribuem riqueza ao longo da história estão no centro da atenção. Mises faz parte de uma tradição que rompeu com o modo clássico de investigação, adotando o individualismo metodológico. Nesse sentido, seu raciocínio é elaborado sob as asas do esquema neoclássico em toda sua extensão, abrangendo todos os aspectos derivantes de Menger, Jevons e Walras (Camarinha Lopes, 2022b).

A principal contribuição do arcabouço *mainstream* neoclássico se expressa de forma mais acabada no modelo de Lange (1936), que simboliza o ápice de uma construção sequencial na linha de Lerner (1934), Dickinson (1933), Knight (1936) e Taylor (1929) e mais remotamente a de Barone (1908a, 1908b), Pareto ([1906] 2014) e, finalmente, Walras ([1874] 1954). Esse modelo é responsável por fundamentar a chamada tese de similitude formal. Trata-se da descoberta de que, num plano abstrato, tanto um sistema econômico de livre mercado, com decisões completamente descentralizadas nos proprietários privados de meios de produção atomizados, quanto um sistema econômico de planificação central, que aloca recursos a partir de um *bureau* que coleta todas as informações sobre oferta e demanda, precisam resolver exatamente o mesmo problema. Tal problema pode ser expresso no conjunto de equações que descrevem o equilíbrio geral do sistema, de modo que mercado e planejamento são simbolicamente representados pela mesma estrutura formal. Esse é o resultado da matemática de Walras, que culmina na identidade entre a mão invisível de mercado e o leiloeiro walrasiano.

Apesar de constituir um consenso na profissão, esse modelo que se fundamenta na linguagem matematizada do neoclassicismo não é a única maneira de se aproximar da questão do cálculo econômico. Por essa razão, ainda que tal resultado faça sentido, economistas insatisfeitos com esse idioma ou *framework* buscam outras formas de lidar com a controvérsia do cálculo econômico. E é nesse ponto que o antagonismo na controvérsia do cálculo fica explí-

cito, porque as duas escolas que protagonizam a querela são a escola Austríaca e a escola Marxista, ambas muito críticas do modelo mainstream matemático. A tese da similitude formal é o ponto de contato entre os dois lados em combate, de modo que seu significado é acirradamente disputado ao mesmo tempo que esses dois lados convergem em sua negação do linguajar do *mainstream* sincrético de Alfred Marshall.

De um lado, os austríacos repelem especialmente o arcabouço walrasiano de equilíbrio argumentando que ele não é apropriado para descrever a dinâmica dos mercados, que seria melhor classificada como um processo que nunca chega ao estágio de repouso. De outro lado, os marxistas já haviam rejeitado a Economia Política marginalista, que se encontrava em gestação nas décadas anteriores a 1870, período no qual Marx elaborou a sua Crítica da Economia Política. Para fazer essa refutação no plano do discurso da oficialidade do pensamento econômico, entretanto, ambos os lados precisam minimamente entender o significado da tese de similitude formal. Isso quer dizer que austríacos e marxistas, pelo menos durante o período clássico do debate sobre o cálculo econômico socialista (dos anos 1920 aos anos 1940) digladiavam no mesmo idioma do que se considerava então “ciência econômica oficial”. Foi somente como consequência do melhor domínio do idioma por parte dos marxistas, em específico o economista polonês Oskar Lange, que os antissocialistas tiveram que elaborar um outro jeito de dizer que a planificação não tem como dar certo.

Disso se conclui que existe uma mesma linguagem capaz de transmitir as ideias de cada um dos lados, mesmo que essas ideias não possam ser expressas com o nível máximo de acurácia. Afinal, nem mesmo quando nos expressamos em nossa língua materna conseguimos colocar para fora todos os meandros e detalhes do nosso pensamento. O *framework* neoclássico mainstream funcionou como o idioma estrangeiro compartilhado entre austríacos e marxistas, registrando num mesmo padrão suas desavenças.

Posteriormente, conforme o debate se desenrolou nas décadas seguintes, os participantes de cada lado foram abandonando esse *framework* e elaborando em seus próprios termos as novas questões que surgiam em torno do desafio da construção de um sistema econômico planejado. Atualmente, no contexto do fim da URSS, do ciclo neoliberal na virada do século XX para o século XXI e do dilema chinês sobre a relação entre mercado e planejamento, o debate do cálculo não é mais travado com base no vocabulário neoclássico. A abordagem institucionalista, a perspectiva histórica-realista e a adesão ao

paradigma da complexidade em substituição aos modelos simplistas mecânicos são eixos estruturantes que podem formar um novo idioma, o esperanto que pode colocar os oponentes neste embate em contato direto novamente. Essa base organizada para troca de ideias é, aliás, um dos grandes trunfos do debate sobre o cálculo que possibilitou descobertas científicas importantes a partir de uma interação inteligível entre economistas de posições políticas tão contraditórias quanto aquela relação entre capital e trabalho. Buscar restabelecer esse canal de diálogo entre os antagonistas é, assim, uma tarefa interessante que pode ajudar no desenvolvimento do tradutor universal que temos em mente.

### 3.2 Como se diz “trabalho” em “sraffianês”?

Se cada escola de pensamento econômico tem o seu vocabulário próprio e funciona como uma espécie de idioma, então deve haver um modo de, por exemplo, um marxista, cuja língua materna é o “marxianês”, aprender a falar “austrianês”. Entender e saber se expressar com a terminologia de uma escola alheia àquela em que se foi criado não significa que se adotou sua posição metodológica ou política, mas apenas que se é capaz de separar o que são os fatores inerentes e extrínsecos de divergência.

O Quadro 1, a seguir, explicita que quatro tradições teóricas têm o seu jeito de conceituar o que podemos chamar de “elementos básicos da atividade econômica em abstrato”.

<b>Quadro 1 – Paralelo entre os elementos básicos da atividade econômica em abstrato em diferentes tradições teóricas</b>			
<b>Sraffa (mercadorias/ valores de uso)</b>	<b>Marx (três elementos simples do processo de trabalho)</b>	<b>Mainstream neoclássico (fatores de produção)</b>	<b>Menger (linha contínua ligando bens de ordem inferior a bens de ordem superior)</b>
Porcos	1. Atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo	Trabalho	Ação humana (ponto de partida)
Trigo	2. Seu objeto e	Terra	Bens de ordem inferior
Ferro	3. Seus meios	Capital	Bens de ordem superior

Na tradição de Sraffa ([1960] 1983), esses elementos são conceituados a partir das noções de mercadoria e valor de uso que remontam à linhagem da Economia Política Clássica fiel à abordagem do excedente fisiocrata. No início de sua obra *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, Sraffa monta um exemplo concreto de uma economia de subsistência em que porcos, trigo e ferro se reproduzem continuamente em uma escala constante. O modelo de Sraffa é generalizado conforme o livro progride, explicitando que nessa perspectiva, o objetivismo é totalizante. Não há como saber quais elementos assumem o papel ativo e passivo no processo de transformação dos insumos e produtos. O modelo se assemelha à imagem de um liquidificador que simplesmente mistura os insumos e gera os produtos como se todos os ingredientes tivessem igualmente a mesma postura passiva perante o eletrodoméstico. Nenhum dos elementos possui agência. Esse é o motivo pelo qual o modelo inicial, que concretiza os elementos em porcos, trigo e ferro, é tão pertinente.

Quando se imagina o processo interativo desses três (e somente desses três!) elementos, surge imediatamente a imagem de uma fazenda gerida por porcos, que usam enxadas de ferro para trabalhar a plantação de trigo. De fato, nesse sistema formalizado de modo ultrassimplificado, nada impede alguém de atribuir ao trigo a posição ativa no processo, como se esse cereal utilizasse os demais elementos para reproduzi-los ao mesmo tempo que ele próprio se reproduz. Contudo, colocar os porcos nessa posição é mais preciso: isso gera uma hierarquia que parte dos elementos naturais brutos (o ferro simbolizando a matéria não-viva, inerte), passando pelos elementos naturais intermediários (o trigo simbolizando a matéria viva, primeiramente selvagem depois domesticada) e chegando no cume do agente que trabalha todos os elementos antecedentes de modo pensado, conforme suas necessidades e desejos (os porcos simbolizando os seres humanos como seres da natureza, mas que ao se apropriarem dela e transformá-la, também se transformam num processo reprodução global).

Essa leitura do modelo de Sraffa nos transfere imediatamente para o desenvolvimento realizado por Marx no capítulo 5 (Processo de trabalho e processo de valorização) do volume 1 de *O capital*. Ali, Marx anuncia explicitamente que “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (Marx [1867] 1996), p. 298). Ou seja, toda aquela colorida, variada e “imensa coleção de mercadorias”, são redutíveis a esses três elementos, dependendo de sua posição no processo de produção. A classificação de Marx organiza a hierarquia

na linha entre posição ativa/passiva de modo a ilustrar que o trabalho humano é quem está no comando. E que esse controle não é feito sem mediação: a mão humana ataca, manuseia, altera o objeto de trabalho com ferramentas, chamadas aqui de meios de trabalho. O conjunto dos meios de trabalho com o objeto de trabalho constituem os meios de produção.<sup>4</sup>

Assim, nota-se um paralelo entre as diferentes nomenclaturas empregadas por Sraffa e por Marx para se referirem basicamente à mesma coisa. Aqui, os porcos-fazendeiros personificam a atividade orientada a um fim, o trigo assume a posição do objeto de trabalho e o ferro na forma de enxada entra como os meios de trabalho.

Esse paralelo já é arriscado, uma vez que podemos considerar que Marxistas e Sraffianos constituem duas escolas de pensamento econômico distintas com rixas relevantes. Por outro lado, Marx e Sraffa não estão tão distantes assim quando se consideram aspectos mais fundamentais de suas posições contra a teoria do valor utilidade, que subjaz à Revolução Marginalista. Será que o paralelo pode ser traçado às tradições dessa linhagem também?

Vejamos primeiro o arcabouço do *mainstream* neoclássico, em uma versão padrão dos livros-texto introdutórios. Aqui encontramos também três elementos, que são chamados “fatores de produção”. As expressões empregadas para se referir a eles geralmente são: “trabalho”, “terra” e “capital”. O raciocínio, do ponto de vista do processo produtivo é parecido com o anterior: alguém trabalha o solo usando equipamentos, ou na terminologia do *mainstream* neoclássico, “capital”. Nota-se que os paralelos entre “trabalho” e “terra” do *mainstream* neoclássico com os “porcos” e “trigo” de Sraffa e com a “atividade orientada a um fim” e “objeto de trabalho” de Marx não são tão problemáticos. Só que o paralelo entre “capital” e aquilo que funciona como mediação entre o trabalho e a Natureza em Marx e Sraffa é muito mais difícil, porque a noção do que seja “capital” é muito distinta entre essas vertentes. Esse, aliás, é um dos pontos elementares da Crítica da Economia Política de Marx: as ferramentas não são capital imediatamente, mas assumem essa forma apenas quando estão presentes certas instituições sociais e históricas.

Apesar desse desalinhamento, o exercício dos paralelos parece ser válido como recurso tanto didático quanto de promoção do diálogo, por ajudar os adeptos de cada corrente a entenderem melhor suas diferenças. O tradutor universal não deve ter a pretensão de fazer todo mundo falar a mesma língua,

<sup>4</sup> “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção” (Marx, [1867] 1996, p. 300).

mas sim de facilitar o processo de entendimento recíproco quando os termos utilizados têm significados muito díspares. No caso de “capital”, o significante é idêntico, mas o significado é totalmente diferente.

Passemos agora para a coluna de Menger, no sentido de desafiar ainda mais as capacidades do tradutor. A Escola Austríaca de economia se reconhece como uma linha herdeira de Carl Menger, em diferenciação com os demais expoentes da Revolução Marginalista, Stanley Jevons e Léon Walras, devido à sua fidelidade radical ao individualismo metodológico e ao subjetivismo. Assim, os elementos básicos da atividade humana em Menger não são exatamente os mesmos da versão padronizada do *mainstream* neoclássico, que engloba diversos autores desde 1870 formando uma síntese que se cristaliza como a ortodoxia em ciência econômica ao longo do século XX.

Em seu livro, *Princípios de economia*, Menger ([1871] 2007) organiza uma classificação dos bens econômicos de acordo com sua distância em relação ao ato de consumo direto, ou de acordo com as “conexões causais” entre os bens (Menger ([1871] 2007), p. 56). Todos os bens econômicos ficam enfileirados numa linha contínua que parte do ponto zero (o agente produtor/consumidor), passa pelos bens mais simples prontos para serem consumidos imediatamente (o fruto no pé na natureza aberta, mas também o fruto embalado e disposto numa geladeira, oriundo de uma sequência longa de trabalho humano prévio, ou o pão, como é o exemplo adotado pelo próprio Menger) e chega nos bens mais complexos que constituem a maquinaria e infraestrutura e funcionam como meios de produção. Os bens de primeira ordem são aqueles passíveis de serem consumidos diretamente pelo agente econômico para atender às suas necessidades, desaparecendo completamente no ato de consumo. Bens de ordem superior, por sua vez, são aqueles utilizados como meios para gerar os bens de ordem inferior. Desse modo, bens de ordem superior são consumidos apenas de modo indireto, por meio de sua constante transformação em bens de ordem inferior conforme vão sendo depreciados no processo de produção.

A construção de bens de ordem superior seria então o processo no qual as ferramentas vão se complexificando por meio da produção de meios de produção cada vez mais poderosos, o que aumenta o comprimento da linha sem que Menger perceba que a lógica da produção para atendimento de necessidades humanas foi subvertida pela lógica de acumulação infinita de riqueza abstrata, e, portanto, de acumulação de capital. Essa seria uma pon-

deração crítica a partir da perspectiva Marxista, que engaja ativamente com a terminologia e a lógica conceitual da Escola Austríaca.

Traçando o paralelo no Quadro 1, podemos identificar que o ponto zero “ação humana”<sup>5</sup> se assemelha à noção de “atividade orientada a um fim” no esquema de Marx, ou “trabalho” no *framework mainstream* neoclássico, e, no modelo de Sraffa, aos “porcos-fazendeiros”. Os “bens de ordem inferior” se aproximam, com boa vontade, ao conceito de “trigo” em Sraffa, se pensarmos que este é um produto já mais próximo de se transformar em pão do que, por exemplo, os tratores feitos de “ferro” que foram usados para gerar esse mesmo trigo e poderiam ser classificados como bens de ordem mais elevada conforme a classificação mengeriana. Os paralelos entre “bens de ordem inferior e superior” com os conceitos de “meios de trabalho” e “objeto” de trabalho” em Marx, de um lado, e “terra” e “capital” do *mainstream* neoclássico, do outro, exigem uma série mais longa de mediação e desenvolvimento e não ocorrem sem problemas. Por exemplo, a expressão “capital” do *mainstream* neoclássico como praticamente sinônimo de máquinas é excessivamente concreta e simplificadora e não condiz integralmente com a noção mais geral de “capital” da Escola Austríaca, que envolve essa dimensão concatenada entre bens econômicos, incluindo aí o elemento tempo de um modo muito mais nítido.

Em suma, este segundo exercício indica que estabelecer canais de comunicação entre sistemas teóricos diferentes pode ser viável e que um ponto de partida pode ser o paralelo entre os termos usados por cada sistema para conceituar os elementos básicos da atividade econômica em abstrato.

#### 4. Conclusão

A ciência econômica é destacadamente dividida em escolas de pensamento econômico, e o processo constitutivo da corrente principal é bastante turbulento. Reconhecendo que esse atrito deriva, em última instância, dos interesses materiais contraditórios de grupos sociais diferentes, este artigo levanta a possibilidade de se identificar um outro conjunto de fatores que não estão intrinsecamente ligados aos conflitos de ordem política, mas sim

---

<sup>5</sup> A expressão “ação humana” não aparece em Menger ([1871] 2007), mas é um dos conceitos nucleares da Escola Austríaca enfatizado especialmente por Ludwig von Mises ([1949] 1998), cuja obra máxima, que se alicerça em Menger, leva este título.

ao fato de que existem diferentes formas de expressar as mesmas ideias econômicas.

Disso deriva a ideia de que haveria a possibilidade de se construir um “tradutor universal” para que economistas de distintas linhagens pudessem se comunicar melhor, viabilizando um mapeamento mais preciso de seus pontos de divergência e convergência. Os dois exercícios realizados demonstram que é possível iniciar a organização dessa base intercomunicativa, pelo menos em tópicos específicos. No primeiro exercício, a abordagem proposta sobre o debate a respeito do cálculo econômico socialista viabiliza colocar três escolas (neoclássica *mainstream*, austríaca e marxista) em uma relação funcional, ampliando e limpando seus canais de troca de informações. Já o segundo exercício parte de um conceito bastante abrangente dos elementos básicos da atividade econômica para traçar um paralelo do vocabulário empregado por quatro correntes teóricas, cada uma com suas especificidades (sraffiana, marxista, *mainstream* neoclássico e mengeriana/austríaca).

Considerando que o trabalho não pretendia entregar um “tradutor” pronto em pleno funcionamento, mas apenas apontar para passos iniciais que possam colocar a ideia deste projeto em debate, o objetivo foi cumprido ao mesmo tempo que se demonstrou a importância do historiador do pensamento econômico no processo propositivo de construção da ciência econômica em direção ao futuro. Levando em conta ainda a etapa educativa das novas gerações de economistas, acredito que estimular a construção dessa plataforma amistosa de interação é muito importante para que os futuros membros das variadas escolas de pensamento tenham alicerces mais sólidos para trabalhar em acordo com sua filiação política, metodológica e teórica, em prol do pluralismo que enriquece e diversifica a profissão.

## Referências

BARONE, E. Il ministro della produzione nello stato collettivista. *Giornale degli Economisti*, v. 37, p. 267-293, 1908a.

BARONE, E. Il ministro della produzione nello stato collettivista (Continuazione). *Giornale degli Economisti*, v. 37, p. 391-414, 1908b.

CAMARINHA LOPES, T. Humans, technology and control: an essay based on the metalanguage of economic calculation, *Journal of Economic Behavior &*

*Organization*, v. 204, p. 631–642, 2022a. doi: <<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2022.10.041>>.

CAMARINHA LOPES, T. Rejoinder: Mises's attempt to scientifically reject socialism failed. *Cambridge Journal of Economics*, v. 46, n. 3, p. 613–617, 2022b. doi: <<https://doi.org/10.1093/cje/beac013>>.

DICKINSON, H. D. Price formation in a socialist community. *The Economic Journal*, v. 43, n. 170, p. 237–250, 1933.

DIXON, R. The origin of the term “dismal science” to describe economics. *The University of Melbourne, Department of Economics. Working Paper Series*, n. 715, 1999. Disponível em <<https://ideas.repec.org/p/mlb/wpaper/715.html>>.

FEIJÓ, R. *História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas*. São Paulo: Atlas, 2007.

GROENEWENGER, P. Thomas Carlyle, the dismal science and the contemporary political economy of slavery. *History of Economics Review*, v. 34, 74–94, 2001.

HEILBRONER, R. L. *The worldly philosophers: the lives, times, and ideas of the great economic thinkers*. New York: Simon and Schuster, 1961.

JONSSON, F. A. The origins of cornucopianism: a preliminary genealogy. *Critical Historical Studies*, v. 1, n. 1, p. 151–168, 2014. doi: <<https://doi.org/10.1086/675081>>.

KHAN, M. Building Islamic economics from theological roots. SSRN, 2017. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=2886156>. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2886156>>.

KNIGHT, F. H. The place of marginal economics in a collective system. *The American Economic Review*, v. 26, n. 1, p. 255–266, 1936.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, [1962] 2013.

LERNER, A. Economic theory and socialist economy, *The Review of Economic Studies*, v. 2, n. 1, p. 51-61, 1934.

MARX, K. Prefácio da Primeira Edição. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política. livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.

MENGER, C. *Principles of economics*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, [1871] 2007. Disponível em <[https://cdn.mises.org/Principles%20of%20Economics\\_5.pdf](https://cdn.mises.org/Principles%20of%20Economics_5.pdf)>.

MISES, L. v. *Human action*. Alburn: Ludwig von Mises Institute, [1949] 1998.

PARETO, V. *Manual of Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, [1906] 2014.

SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Abril, [1960] 1983.

TAYLOR, F. M. The guidance of production in a socialist state. *The American Economic Review*, v. 19, n. 1, p. 1-8, 1929.

WALRAS, L. *Elements of pure economics*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin for American Economic Association and Royal Economic Society, [1874] 1954.